



International Coffee Organization
Organización Internacional del Café
Organização Internacional do Café
Organisation Internationale du Café

ICC 95-1

3 março 2006
Original: inglês

P

Projetos/Fundo Comum

Conselho Internacional do Café
Nonagésima quinta sessão
22 – 25 maio 2006
Londres, Inglaterra

**Desenvolvimento sustentável do café na
África Oriental**

Sumário Executivo

Antecedentes

1. Este documento contém o Sumário Executivo do relatório final do projeto intitulado “Desenvolvimento sustentável do café na África oriental”, que trata de opções para o estabelecimento de um programa de certificação de cafés finos e foi preparado pela firma Independent Fine Coffees Consultants.
2. Em vista do tamanho do documento, sua íntegra está sendo enviada aos Membros eletronicamente, e apenas este Sumário Executivo será distribuído na sessão do Conselho em maio. Cópias impressas do relatório completo poderão ser obtidas durante a sessão mediante solicitação à Secretaria.

Ação

Solicita-se ao Conselho que note este relatório.

SUMÁRIO EXECUTIVO

O atual Convênio Internacional do Café [Convênio de 2001] apela aos Membros no sentido de desenvolverem uma economia cafeeira mundial sustentável baseada nos princípios da Agenda 21 do Protocolo do Rio de Janeiro, aprovado pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. O conceito oscila em torno da assertiva de que ***“repousa nas mãos da humanidade a tarefa de tornar sustentável o desenvolvimento, isto é, de procurar satisfazer as necessidades e aspirações da geração atual sem comprometer a habilidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades e aspirações”***.

São distintas as características da bebida, entre outras, do café produzido, processado, consumido e exportado pela sub-região africana da África Oriental [AO]. Os Arábicas e os Robustas da AO costumam obter preços com prêmios nas principais bolsas, em Londres [LIFFE] e Nova Iorque [NYBOT]. Os países que os produzem são o Burundi, a Etiópia, Madagascar, o Malauí, o Quênia, a República Democrática do Congo, Ruanda, a Tanzânia, Uganda, a Zâmbia e o Zimbábue. A grande maioria desses países exporta café pelo Oceano Índico. O principal destino dos cafés da AO é a Europa. O potencial de mercados novos e emergentes para os cafés de nicho e tradicionais é óbvio. O advento de iniciativas de certificação do café comum pode alterar esse quadro, sobretudo nos mercados da América do Norte [Canadá e EUA] e Japão.

Nos principais mercados da América do Norte, Europa e Japão, compradores e consumidores exigem mais e mais que o café seja certificado. Devido inclusive a requisitos de segurança alimentar e rastreabilidade, as preocupações dos consumidores incluem aspectos ambientais, sociais e econômicos – os chamados “pilares da sustentabilidade”. A certificação de café, portanto, pode ser considerada um importante instrumento para uma economia cafeeira sustentável em escala global. Por isso, cada programa ou iniciativa de certificação de café deve necessariamente abarcar esses três aspectos. É preciso notar, porém, que as iniciativas de certificação do café e similares têm sido organizadas nos países industrializados e altamente desenvolvidos. Por essa e outras razões, pouco se sabe a respeito de certificação de café na AO. Isso em parte explica por que os promotores da certificação de café e de outras iniciativas vêm-se aliando com o propósito de conseguir o início rápido dessas iniciativas na AO. Dois tipos de órgãos locais de certificação podem ser encontrados na sub-região. O primeiro inclui sucursais locais de empresas internacionais como a SGS, a BSC, o Bureau Veritas e a Taylors of Harrogate, e o segundo, empresas de propriedade inteiramente local, entre as quais a recém-formada UgoCert [Uganda], a TanCert [Tanzânia] e a AfriCert [Quênia]. Dos órgãos locais de certificação, só a AfriCert é credenciada internacionalmente para certificação do Eurepgap. A Africert, a TanCert e a UgoCert são incorporadas localmente, mas todos os demais órgãos de certificação pertencem a empresas estrangeiras e operam através de sucursais localizadas nas cidades e portos da AO.

Informações disponíveis mostram que, se não todos, a maioria dos esquemas de certificação [Orgânico, Fair-Trade, Eurepgap] são financiados por doadores e/ou outros parceiros de desenvolvimento estratégico. Convém notar, ainda, que todos os esquemas de certificação de café na AO baseiam-se primordialmente em sistemas e não necessariamente em café. Por exemplo, a Africert, no Quênia, certifica produtos hortícolas, flores, frutas exóticas, e

recentemente começou a certificar café através do programa Utz Kapeh. Além disso, não há na região uma rede de mão-de-obra qualificada em domínios como consultas, auditoria de sistemas de gerenciamento e inspeções.

Convém notar que as empresas do comércio e indústria do café da sub-região da AO, em sua grande maioria, são direta ou indiretamente afiliadas à Associação dos Cafés Finos da África Oriental [EAFCA], à Rede de Pesquisa Cafeeira [CORNET] ou a ambas. Todos ou quase todos os onze países exportadores de café da AO também são Membros da Organização Internacional do Café [OIC] e do Fundo Comum para os Produtos Básicos [FCPB].

Para que o marketing de produtos especiais dos cafés certificados da AO seja possível, é preciso desenvolver e estabelecer uma plataforma internacionalmente aceitável para os sistemas de certificação de café que garanta aos compradores no estrangeiro e ao consumidor final a autenticidade, consistência de sabor, transparência, confiabilidade e rastreabilidade do café. Propõe-se neste estudo que uma Unidade Central de Certificação [UCC] seja estabelecida na AO, com o intuito principal de construir capacidade e, mais importante, para ajudar a estabelecer uma Associação de Certificadores Credenciados de Café Sustentável [ACCCS]. Dentro de três anos, um órgão profissional confiável [ACCCS], sediado na África, constituirá um centro do café capaz de fornecer tudo que se requer na sub-região em termos de liderança intelectual e informações. A ACCCS será composta por certificadores, auditores, inspetores e consultores treinados. Ela própria será credenciada junto ao Fórum Internacional de Certificadores e desenvolverá elos e relações eficazes de trabalho com os bureaux nacionais de normalização e com operadores dos setores cafeeiros público e privado. Ao fazê-lo, ela desenvolverá relações de trabalho de longo prazo benéficas para o comércio e a indústria do café na AO e além dela.

Propõe-se a criação de fundos para viabilizar a UCC o quanto antes possível, e de toda forma o mais tardar até 1º de outubro de 2005. Sugere-se um orçamento [em valor anual não superior a 120.000 dólares dos EUA] para administrar a UCC por um período de três anos. Propõe-se um orçamento separado para a operação da ACCCS por um período análogo. Além disso, propõe-se um orçamento para programas iniciais de treinamento para cerca de 70 certificadores, auditores e inspetores de café, que cobririam os onze países da AO e todos os tipos de café no período contemplado. As qualificações e experiência mínimas para os estagiários da ACCCS serão especificadas com clareza antes de sua seleção.

Dentro de três anos, uma capacidade regional de certificação de café terá sido criada em cada país, permitindo que os produtores, comerciantes, processadores, armazenadores e outros participantes do setor cafeeiro comercializem cafés certificados com base num movimento de certificação regional neutro, profissional e totalmente abrangente. As operações das agências de avaliação e certificação basear-se-ão nos cafês e nas características de sustentabilidade que forem especificadas.

Com o tempo, a UCC se retirará desta prática de construção de capacidade e regionalização, abrindo caminho para que o setor privado administre a Associação de Certificadores Credenciados de Café Sustentável [ACCCS], da maneira como, por motivos de ordem e decência profissional, ocorre com as associações de arquitetos, médicos e inspetores de obras. Por essa e outras razões, a ACCCS não terá fins lucrativos. Os estagiários serão escolhidos dentre pessoas formadas em instituições de ensino superior da sub-região, em disciplinas como Agricultura Geral, Estudos Ambientais, Agronomia, Direito, Comércio e Engenharia. A Associação poderá cooptar representantes de associações de comerciantes e produtores de

café, organizações não-governamentais [ONGs], sociedade civil, provedores de serviços e entidades do setor jurídico privado que se interessem pela sustentabilidade da economia cafeeira regional. A Associação e outros interessados realizarão pelo menos uma assembleia-geral anual e participarão de simpósios, conferências e exposições regionais e internacionais que digam respeito ao café sustentável.

O presente estudo elabora os princípios gerais dos programas de certificação de café que atuam dentro e fora da zona cafeeira da AO, sugerindo critérios e maneiras novas e inovadoras de gerenciar uma unidade coordenadora de certificação e/ou verificação capaz de sobreviver a longo prazo. O estudo enumera as entidades certificadoras existentes na AO e indica suas responsabilidades, acesso a serviços, âmbito de certificação, formalidades para candidaturas e inspeções. Devido à proliferação e natureza confusa desses programas, sugestões também são feitas sobre aspectos como a harmonização do treinamento, para estandardizar tanto a habilitação de certificadores antigos e novos como as formalidades para seu credenciamento junto aos países onde eles atuam e possam vir a atuar. Deixa-se claro que será preciso harmonizar o programa de formação em sustentabilidade do café, para tornar uniforme a atuação dos certificadores, auditores, inspetores e consultores. Dessa forma, haverá menos confusão entre cafeicultores e outros interessados, e a utilização do programa regional de certificação do café sustentável será mais fácil.

Especial atenção foi dada às exigências dos principais mercados de café da Europa, América do Norte e Japão. Também se deu ênfase à consecução de economias pelos cafeicultores, de uma perspectiva regional. Em princípio, embora as dimensões dos custos ambientais e sociais dos atuais programas de certificação possam ser justificadas, ainda não se pode dizer o mesmo em relação às dimensões econômicas. Nos países de origem, portanto, cafeicultores e outros interessados estão apreensivos com respeito a essas iniciativas.

Finalmente, um modelo de orçamento e um plano de negócios são apresentados para orientar os países da AO e parceiros de desenvolvimento estratégico e conseguir apoio para uma Unidade de Coordenação de Certificação de Café [UCC]. A UCC, por sua vez, facilitará a formação de uma Associação de Certificadores de Café Sustentável [ACCCS] controlada pelo setor privado. O que se deseja alcançar é um programa abrangente, profissional e bem coordenado de certificação de café na AO. Esse programa abarcará imprescindivelmente todas as novas iniciativas de certificação de café. A participação do setor privado, das ONGs e das atuais entidades jurídicas deve ser incentivada desde o início da UCC e da ACCCS.

Assim, a maior parte do café que os países da AO produzem é exportado para a Europa, seu principal mercado. Alguns países da região estão começando a entrar em novos mercados, como o Japão [Etiópia, Tanzânia e Burundi], os países árabes do norte da África [Uganda] e os EUA e a Arábia Saudita [Quênia].

Os resultados acima dependerão de forma imprescindível do estabelecimento continuado de parcerias entre o setor público e o privado e de elos com os mercados. Também será preciso fortalecer os recursos humanos e físicos dentro da AO. Por essa e outras razões, os países da AO, e na verdade de quase toda a África, dão grande importância não só à produção de café em si, como, ainda mais, ao desenvolvimento e melhoria do comércio global de café, entre outros produtos agrícolas.

Vários países exportadores de café da sub-região da AO seguem uma linha liberal em seu comércio externo de café desde o final da guerra fria. No entanto, com custos crescentes de

produção, inflação galopante e níveis mais elevados de pobreza, há bolsões em que os esforços no sentido de liberalizar e privatizar o comércio e a indústria de café ainda são lentos/graduais.

Na AO, os países Membros cultivam, processam e exportam todos os tipos e formas de café incluídos na classificação da OIC, ou seja, Suaves Colombianos [Quênia e Tanzânia], Outros Suaves [Ruanda, Burundi, leste de Uganda, leste da República Democrática do Congo, Malauí, Zâmbia e Zimbábue], Naturais Brasileiros [Etiópia e sul da Tanzânia] e Robusta [República Democrática do Congo, Madagáscar e Uganda]. Uma peculiaridade da zona cafeeira da AO é que tanto seus Arábicas quanto seus Robustas tendem a conseguir preços mais altos que os dos cafés de outras origens mundiais.

No futuro, o crescimento econômico e a prosperidade da região estarão inelutavelmente ligados ao sucesso das atividades de exportação da AO, de café inclusive. Esse sucesso poderá depender tanto das políticas e incentivos governamentais quanto dos esforços e iniciativas de diferentes produtores e processadores agrícolas.

Os países da AO em maior ou menor escala dependem das receitas de exportação de café. É o que se dá, em termos específicos, com o Burundi [78%], a República Democrática do Congo [6%], a Etiópia [55%], o Quênia [11%], Madagáscar [14%], Ruanda [68%], a Tanzânia [15%] e Uganda [53%]. Embora seja um produtor relativamente pequeno, o Malauí tem numerosos pequenos agricultores que dependem das receitas do café. A Zâmbia e o Zimbábue também são produtores relativamente pequenos e dependem relativamente menos de suas exportações de café para obter receitas cambiais.

Este estudo se concentra em sistemas de certificação/verificação de café em onze países da AO e procura apresentar idéias com o objetivo de mapear novos caminhos a percorrer. A eficiência desses sistemas tem a ver com a qualidade do café e os prêmios que ele atraia no mercado cafeeiro. Sugerimos maneiras de controlar e explorar novas iniciativas que sejam sustentáveis e respondam à qualidade do café, à qualidade do meio ambiente ao longo de toda a cadeia de valor e à qualidade de vida dos cafeicultores, trabalhadores rurais e suas famílias, além de atentar para a preservação da biodiversidade.

O estudo se concentra no tópico atual da “certificação de café como instrumento de marketing” e sugere meios e maneiras de estabelecer um sistema regional de certificação que seja econômico e observe boas práticas agrícolas, atendendo às coordenadas do comércio internacional de café.

Em termos da qualidade da bebida, a superioridade dos cafés da África Oriental e Meridional, comparados com importantes cafés da América Latina e da Ásia, reflete-se nos prêmios obtidos na NYBOT e na LIFFE. Mesmo cafés sem cotação nas duas bolsas de commodities atraem bons prêmios reportados no mercado disponível. Esforços vêm sendo feitos em alguns países da AO para melhorar a qualidade e o acesso do café aos mercados. Este estudo também dá notícia de bolsões de café com potencial de produzir bebida de qualidade máxima, espalhados em ecossistemas raros por toda a região.

Os países da AO que adotam a prática dos leilões também tendem a ser grandes produtores regionais de Arábicas. Seus cafés tendem a alcançar preços mais altos que os da NYBOT.

Existe igualmente uma correlação entre a existência de leilões e a liberalização do mercado interno. Assim, os sistemas internos de mercado livre e liberalizado encontram-se sobretudo nos países da AO produtores de Robustas, e estes tendem a alcançar bons prêmios comparados com os da LIFFE.

Sabe-se que na região existem mercados novos e emergentes relacionados com programas de certificação de café [Arábica e Robusta], cada vez mais comuns na AO, como Organic Coffee, Fair Trade, Rainforest, práticas CAFE da Starbucks, e Eurepgap/Utz Kapeh. Experimentos também vêm sendo observados no âmbito da nova iniciativa do Código Comum para a Comunidade Cafeeira [4Cs ou CCCC].

Devido às preocupações dos consumidores com a segurança alimentar e outros tipos de exigências do mercado, a certificação dos cafés orgânicos e fair-trade tende a servir como base para a maioria das demais certificações/verificações do café sustentável. Por exemplo, uma região de pequenos produtores ou uma grande propriedade com certificação orgânica se habilita com extrema facilidade para a certificação do tipo Fair-Trade, Organic Coffee ou Rainforest Alliance, podendo também, pelo acréscimo de dimensões sociais, receber certificação Eurepgap/Utz Kapeh.

Quadro 1: Pontos comuns e diferenças dos sistemas de certificação

Características	Organic	Fairtrade	Rainforest	Starbucks	Utz Kapeh	4Cs
Sustentabilidade ambiental	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Equidade social	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Boas práticas agrícolas	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Saúde e segurança dos trabalhadores	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim
Certificação de terceiros	Sim	Não?	Não	Sim	Sim	Não
Auto-avaliação	Não	Não	Não	Não	Não	Sim

As novas iniciativas envolvendo sustentabilidade [SCI/iiSD/UNCTAD] e o Código Comum para a Comunidade Cafeeira podem também abranger todas as certificações e iniciativas acima em/após 2006. Uma peculiaridade marcante, no caso do Programa 4Cs em particular, é que a verificação/certificação conta com o apoio dos principais negociantes, torrefadores e firmas do comércio varejista de café do mundo todo. Além disso, há indícios de que o Código, embora inicialmente sob a direção da Agência Alemã de Cooperação Técnica [GTZ], conta com o apoio da Federação Européia do Café, da União Européia e da Suíça. É difícil para os proponentes do Programa 4Cs persuadir a maioria dos países produtores a trazer o projeto para o seio da OIC. Isso também se deu no caso do Programa Eurepgap/Utz Kapeh. Talvez, assim, com o tempo estes três programas tradicionais operem fora da esfera da OIC, como na verdade o restante das iniciativas dos mercados de nicho.

Há algumas décadas que os produtores, processadores, armazenadores e outros integrantes do setor ligados aos governos e à indústria de café têm conhecimento da certificação no contexto dos mercados de nicho como o do café orgânico, fair trade, Starbucks, amigo dos pássaros e

assim por diante. A principal motivação foi e continua a ser aumentar os retornos financeiros para seus recursos limitados, que atendem a necessidades em competição. Embora pequenas, as iniciativas citadas proporcionaram e continuam a proporcionar acesso a um mercado sui generis, em que a demanda por cafés certificados é crescente. Além de valorizar a qualidade do café, os mercados de nicho abriram caminho para as preocupações com o meio ambiente, a conservação da biodiversidade, a segurança alimentar, os direitos e a saúde dos trabalhadores, as condições de vida, e outras preocupações sociais. O movimento global dos cafés especiais também demonstrou que quanto melhor a qualidade do café na xícara, maiores os prêmios.

Recentemente, a UNCTAD e outras entidades como a GTZ introduziram novas modalidades de certificação de café dirigidas ao mercado do café comum. A iniciativa mais prática que atua na sub-região da AO é a do Eurepgap/Utz Kapeh. Esta iniciativa já atraiu a atenção dos grandes produtores da África oriental e está sendo testada no setor das cooperativas de pequenos produtores. Com o tempo, portanto, a certificação de café talvez deixe de se concentrar no antigo mercado de nicho para se concentrar no mercado de café comum.

Nas últimas décadas, muitas normas, códigos de conduta, critérios de sustentabilidade e outros critérios proliferaram nos países produtores de café, mas na AO são raras as experiências de sua aplicação ao café. É preciso, portanto, desenvolver indicadores e medidas gerais da tendência observada na certificação de café na região, não só para estabelecer um sistema de certificação regional que proporcione uma garantia aos compradores e consumidores da autenticidade e rastreabilidade de qualquer partida de café, como também para demonstrar atributos que o mercado considera desejáveis, como melhor uso da terra, mão-de-obra a preços justos e uso responsável de substâncias químicas, a fim de melhorar a qualidade do meio ambiente e, ao fazê-lo, a qualidade da vida.

Implementados em toda a sub-região da AO, os sistemas internacionalmente renomados de certificação permitiriam aos produtores e negociantes de café produzir, processar, armazenar e comercializar seu café com base em avaliações independentes de uma agência ou agências credenciadas, atendendo às exigências e características que o mercado cafeeiro especificasse. Esses sistemas de classificação poderiam estar em poder do setor público e/ou privado, com base em organizações e ONGs, ou funcionar exclusivamente no domínio comercial.

Na África Oriental esforços estão sendo envidados para lidar com várias dessas iniciativas. Esses esforços se concentram em dois países, mais ou menos, dos onze que são objeto de atenção. Por essa e outras razões, e devido à crescente regionalização e constituição de blocos no comércio global, é essencial harmonizar todas estas iniciativas bem-intencionadas, para criar uma massa crítica de cafés certificados ou verificados.